



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 139/2024 - PROJUR

Parecer referente ao recurso interposto pela empresa AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA, e das Contrarrazões apresentada pela empresa EXECUTIVE TOUR VIAGENS LTDA, no Processo de Licitação n.º 149/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 47/2024-PMS. Contratação n.º 90192/2024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consultante do Setor de Licitações, através do despacho n.º. 49 do Processo Administrativo n.º 297/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA e das Contrarrazões apresentada pela empresa EXECUTIVE TOUR VIAGENS LTDA, no Processo de Licitação n.º 149/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico n.º 47/2024-PMS. Contratação n.º 90192/2024.

Sustenta a recorrente que a recorrida deverá ter sua proposta desclassificada e ser inabilitada no presente processo licitatório sob os seguintes argumentos:

- “a) DESCLASSIFICAÇÃO da proposta ofertada pela empresa Executive Tour Viagens Ltda em virtude da ausência de comprovação de sua exequibilidade, torando-a inexecutável;
- b) INABILITAÇÃO da empresa Executive Tour Viagens Ltda em razão das seguintes inobservâncias:
 - b.1.) ausência de objeto social compatível e semelhante ao certame;
 - b.2.) ausência de apresentação da declaração de elaboração da proposta independente, conforme disposto no item 8.12. do edital;
 - b.3.) ausência de qualificação técnica operacional compatível e semelhante ao objeto”.

Em suas contrarrazões a recorrida requer que:

“Seja recebida, processada e julgada a presente contrarrazões aqui apresentada, face a sua tempestividade, para o mérito manter a decisão de classificação e habilitação da empresa Executive Tour Viagens LTDA, como vencedora do Pregão Eletrônico N. 47/2024, tendo em vista a mesma atender todos os requisitos necessários ao interesse do município, e, por consequência, negar provimento ao recurso interposto pela empresa Auto Viação Miami LTDA”.

É breve o relatório.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

2. DO PARECER

2.1. Da alegação de Proposta Inexequível

Primeiramente cabe ressaltar que a presunção de inexequibilidade da proposta trata-se de uma presunção relativa e não absoluta conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, exaurado em diversos acórdãos, vejamos:

Trecho do voto do relator BENJAMIN ZYMLER Acórdão 1508/2024, de 31 de julho de 2024, TCU-Plenário.

5. Como já tive oportunidade de expor no [Acórdão 803/2024-TCU-Plenário](#), considero correta a interpretação da unidade técnica de que a **regra de inexequibilidade presente no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 não representa uma presunção absoluta, devendo ter sua interpretação compatibilizada com o disposto no inciso IV do caput e no § 2º do mesmo artigo, o qual prevê a possibilidade de realização de diligências para sanear dúvidas sobre eventual inexequibilidade da proposta.** (grifo nosso).

Ainda, citamos trecho do voto do relator WEDER DE OLIVEIRA Acórdão 1374/2024, de 10 de julho de 2024, TCU-Plenário.

A Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações) constatou a existência de indício de irregularidades configurado pela desclassificação imediata das propostas apresentadas pelas licitantes, com valor inferior ao limite de 75% do orçamento elaborado pela administração, sem a promoção das diligências, previstas no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, em afronta à jurisprudência desta Corte de Contas[footnoteRef:5]. [5: Súmula TCU 262; Acórdão 465/2024-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Augusto Sherman; 2088/2024-TCU- 2ª Câmara, de relatoria do ministro Augusto Nardes; 1244/2018-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; 2528/2012-TCU-Plenário, de relatoria do ministro André Carvalho; 1079/2017-TCU-Plenário, de relatoria do ministro-substituto Marcos Bemquerer; e 1161/2014-TCU-Plenário, de relatoria do ministro José Jorge.] (grifo nosso).

Ainda, nesse sentido temos a Súmula nº 262 do TCU, *in verbis*:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Contudo, a recorrida firmou declaração de que tem condições de cumprir a proposta, vejamos:

Buscando eliminar possíveis preocupações em relação à execução do contrato, a empresa reforça que com o valor proposto de R\$ 8,21 por quilômetro, possui plena condição de viabilizar a execução do objeto, uma vez que no referido valor já estão compreendidas todas as despesas com eventuais manutenções, abastecimento, gerenciamento e controle dos veículos, funcionários, bem como o seu lucro, em conformidade com as exigências do edital.

Desta forma, considerando que a empresa declarou que está "totalmente apta a cumprir



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

as obrigações contratuais com qualidade e eficiência, em atenção ao valor proposto”, sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em relação a classificação da proposta comercial apresentada pela recorrida.

2.2. Da alegação de Ausência de Objeto Social Compatível e Semelhante ao Certame

A recorrente alega que a recorrida não possui atividade compatível com o objeto da presente licitação, uma vez que, em seu Contrato Social prevê a execução de transporte rodoviário de passageiros e que em seu CNPJ não possui a atividade de transporte escolar.

Contudo, cabe ressaltar que o objeto social não necessariamente precisa ser igual ao objeto da licitação precisando ser compatível.

Nesse sentido temos o entendimento do Tribunal de Contas da União, vejamos:

Acórdão 642/2014 - Plenário

Relator: AUGUSTO SHERMAN

Sumário: REPRESENTAÇÃO SOBRE EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES. 1. **Para fins de habilitação jurídica nas licitações, faz-se necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.** 2. Para fins de habilitação técnica nas licitações, os atestados apresentados devem não apenas demonstrar uma situação de fato, mas, necessariamente, demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato social das empresas licitantes. (grifo nosso).

Ainda, tratando desse tema podemos citar parte do Acórdão nº 1203/2011-Plenário, do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

[...]

Ocorreu, entretanto, que a empresa Dantas foi impedida de participar apenas porque seu cadastro na Receita Federal do Brasil apontava atividade não exatamente igual à atividade licitada, embora haja grande proximidade entre ambas, sendo certo tratar-se de transportes de pessoas e cargas (fl. 232). Impedir que uma empresa participasse do certame com base nesse detalhe cadastral é levar a norma extravagante a limites muito além do necessário e diminuir a competitividade do certame, o que configura irregularidade grave. Além disso, e principalmente, a empresa Dantas apresentou seu Contrato Social onde fica bastante claro que atua no ramo de transporte de passageiros e de cargas (fl. 234 e fl. 239). Por último, a própria Suframa já usufruía dos serviços prestados pela representante, sendo de conhecimento amplo na instituição o ramo de atividade da empresa representante. Enfim, todos os fatores indicavam claramente que a empresa Dantas poderia participar do certame, ofertando propostas e aumentando a competitividade para alcançar o melhor resultado.

Entendemos que o cadastro de atividades na Receita Federal do Brasil não é motivo suficiente para impedir a participação da empresa, ainda mais que tal cadastro não era totalmente discrepante do objeto do certame. É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro. Caberia



Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante. Com base nessas informações, e considerando que em licitação as disposições editalícias devem ser interpretadas a fim de garantir a competitividade do certame, conforme preceitua o parágrafo único, art. 4º, Anexo I, Decreto nº 3.555/2000, não haveria motivos para impedir a participação da empresa Dantas, como acabou por ocorrer.
[...]

Ainda, sobre esse tema podemos citar o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMPROVADO. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM CONFIRMADA.

"Concorrência Pública. Serviços de manutenção e operação do sistema de rede de água tratada do município. **Empresa desclassificada em face da suposta impertinência do contrato social com o objeto licitado. Ilegalidade do ato. O simples fato de o contrato social da empresa não coincidir precisamente com o objeto central da licitação não é motivo para a sua inabilitação.** Apresentação de atestado de capacidade técnica firmado por pessoa física e não jurídica. Irrelevância. Empresa licitante que atingiu a finalidade visada pelo edital. Participação garantida nas demais fases do certame. [...].

"Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação' (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Milton Luiz Pereira). (ACMS n. 2003.015947-9, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. em 19/04/2005). (TJSC, RN em MS n. 2009.071325-2, de Joaçaba. Rel. Des. Carlos Adilson Silva, julgado em 27/03/2012)." (TJSC, Agravo de Instrumento n. 2014.006834-2, de Navegantes, rel. Pedro Manoel Abreu, Terceira Câmara de Direito Público, j. 20-05-2014).

(TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0600049-44.2014.8.24.0135, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 15-09-2020).

Desta forma, considerando que o objeto social necessita ser compatível e não idêntico ao objeto do certame sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em habilitar a recorrida.

2.3. Da alegação de Ausência de Apresentação da Declaração de Elaboração da Proposta Independente, conforme disposto no item 8.12. do edital;

Cabe ressaltar que a referida declaração foi realizada pela recorrida no sistema conforme podemos observar no relatório de declarações emitido:



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER



UASG 988343 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER - SC
PREGÃO 90192/2024

1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
46437066000144	EXECUTIVE TOUR VIAGENS LTDA	17/10/2024 19:44	ME ou EPP	Sim

Sendo assim, a recorrida cumpriu com o disposto no item nº 8.12 do edital.

2.4. Da alegação de ausência de qualificação técnica operacional compatível e semelhante ao objeto

A recorrente alega que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não possuem semelhança com o objeto do presente edital, sendo referente a execução de serviços executados no âmbito de transporte coletivo através do regime de fretamento.

Dito isto, vejamos o disposto no item nº 8.4.1, do edital que trata da apresentação de atestado de capacidade técnica, *in verbis*:

8.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação**. (grifo nosso).

Importante ressaltar que o atestado de capacidade técnica precisa demonstrar que a empresa executou serviços semelhantes, compatíveis não necessariamente igual ao objeto da licitação.

Nesse sentido, temos o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Os atestados devem mostrar que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, em quantidade e prazos compatíveis com aquela que está sendo licitada. Quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas.

Acórdão 1140/2005-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Atestado de capacidade técnica

Outros indexadores: Objeto da licitação, Compatibilidade. (Grifo nosso).

Corroborando temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

Rua Marechal Castelo Branco, 3201- C. P. 01- CEP: 89275-000 – SCHROEDER-SC - Fone/Fax: (47) 3374-6500 -
prefeitura@schroeder.sc.gov.br – www.schroeder.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, CONFORME EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. LICITANTE QUE COMPROVOU TER EXECUTADO SERVIÇOS PERTINENTES E COMPATÍVEIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE, ISONOMIA E DANO À COMPETITIVIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CARACTERIZADO, EMPRESA HABILITADA PARA PROSSEGUIR NO CERTAME. SENTENÇA MANTIDA. REMESSA CONHECIDA E DESPROVIDA. Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)' (TJSC, ACMS n. 2003.015947-9, rel. Des. Luiz César Medeiros) (TJSC, RN n. 0502450-24.2012.8.24.0023, deste relator, j. 23-06-2016). (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0313065-18.2016.8.24.0023, da Capital, rel. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 06-08-2019). (Grifo nosso).

Desta forma, considerando que a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica, comprovando a execução de serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, não cabe inabilitá-la.

3. CONCLUSÃO

Diante da fundamentação exposta, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **AUTO VIAÇÃO MIAMI LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 22 de novembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER
Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES
Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105